

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS



Fundação Estadual do Meio Ambiente

Unidade Regional de Regularização Ambiental Sul de Minas - Coordenação de Análise Técnica

Parecer nº 112/FEAM/URA SM - CAT/2025

PROCESSO Nº 2090.01.0005680/2025-59

	GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM Unidade Regional de Regularização Ambiental - URA Sul de Minas Coordenação de Análise Técnica - CAT		PT LAS/RAS nº 112/2025 Data: 23/05/2025	
	Parecer Técnico de LAS nº 112/FEAM/URA SM - CAT/2025			
Nº Documento do Parecer Técnico vinculado ao SEI: 114339792				
PROCESSO SLA: 9495/2025		SITUAÇÃO: Sugestão pelo indeferimento		
EMPREENDEDOR: Paulo Henrique de Souza Fonseca		CNPJ: 077.181.766-57		
EMPREENDIMENTO: Paulo Henrique de Souza Fonseca		CNPJ: 077.181.766-57		
MUNICÍPIO(S): Pouso Alto		ZONA: Rural		
LOCALIZADO EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO: <input type="checkbox"/> INTEGRAL <input type="checkbox"/> ZONA DE AMORTECIMENTO <input type="checkbox"/> USO SUSTENTÁVEL <input checked="" type="checkbox"/> NÃO				
COORDENADAS GEOGRAFICAS DATUM: Sirgas 2000		LAT (Y) 22°15'7.01"S		LONG (X) 44°55'42.98"O
CÓDIGO	ATIVIDADE(S) DO EMPREENDIMENTO (DN COPAM 217/17)	PARÂMETRO	QUANTIDADE	UNIDADE
A-03-01-8	Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil	Produção bruta	9.900	m³/ano
CLASSE DO EMPREENDIMENTO: 2		PORTE: P		
CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE: • Localização prevista em Reserva da Biosfera, excluídas as áreas urbanas		Peso critério locacional: 1		
CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO: Andréa de Souza Silva, Eng Ambiental		REGISTRO: MG0000161596D MG		
EQUIPE INTERDISCIPLINAR				MATRÍCULA
Natália Cristina Nogueira Silva - Gestora Ambiental				1.365.414-0
De acordo: Kezya Milena Rodrigues Pereira Bertoldo - Coordenadora de Análise Técnica Sul de Minas				1.578.324-4



Documento assinado eletronicamente por **Kezya Milena Rodrigues Pereira Bertoldo, Diretor (a)**, em 23/05/2025, às 14:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Cristina Nogueira Silva**, **Servidor(a) Público(a)**, em 23/05/2025, às 15:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **114309341** e o código CRC **6BC6F89A**.

Referência: Processo nº 2090.01.0005680/2025-59

SEI nº 114309341



Parecer Técnico de LAS nº 112/FEAM/URA SM - CAT/2025

Paulo Henrique de Souza Fonseca protocolou em 22/04/2025, via Sistema de Licenciamento Ambiental – SLA, o processo administrativo de licenciamento ambiental simplificado de nº 9495/2025, via Relatório Ambiental Simplificado (RAS), visando obter autorização para implantar sua empresa de extração de areia no Rio Capivari, em área no interior da poligonal ANM nº 832.887/2021, no município de Pouso Alto.

A atividade de “Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil” (código A-03-01-8) é considerada como **médio** potencial poluidor, e com uma produção bruta de 9.900 m³/ano, é considerada de pequeno porte, enquadrando-se na **classe 2**. Por localizar-se em Zona de Transição da Reserva da Biosfera, foi considerada a incidência de critério locacional peso 1, justificando a regularização via LAS/RAS, conforme procedimentos constantes na DN 217/2017.

O direito minerário 832.887/2021 possui 414,56 ha ao longo do leito do Rio Capivari e encontra-se em fase Autorização de Pesquisa para a substância Areia.

As intervenções ambientais foram regularizadas mediante o processo de intervenção nº2100.01.0022809/2024-13, descritas no Parecer Único nº19/IEF/NAR CAXAMBU/2024. Conforme referido parecer, apesar de ter sido requerido inicialmente a intervenção, sem supressão de cobertura vegetal nativa, em 0,47 ha de Área de preservação permanente – APP, **foi autorizado intervenção de apenas 0,0271ha**, exclusivamente para passagem de Tubulação de sucção de polpa, tubulação retorno da água e acesso de manutenção, conforme figura a seguir, extraída do referido parecer de intervenção:

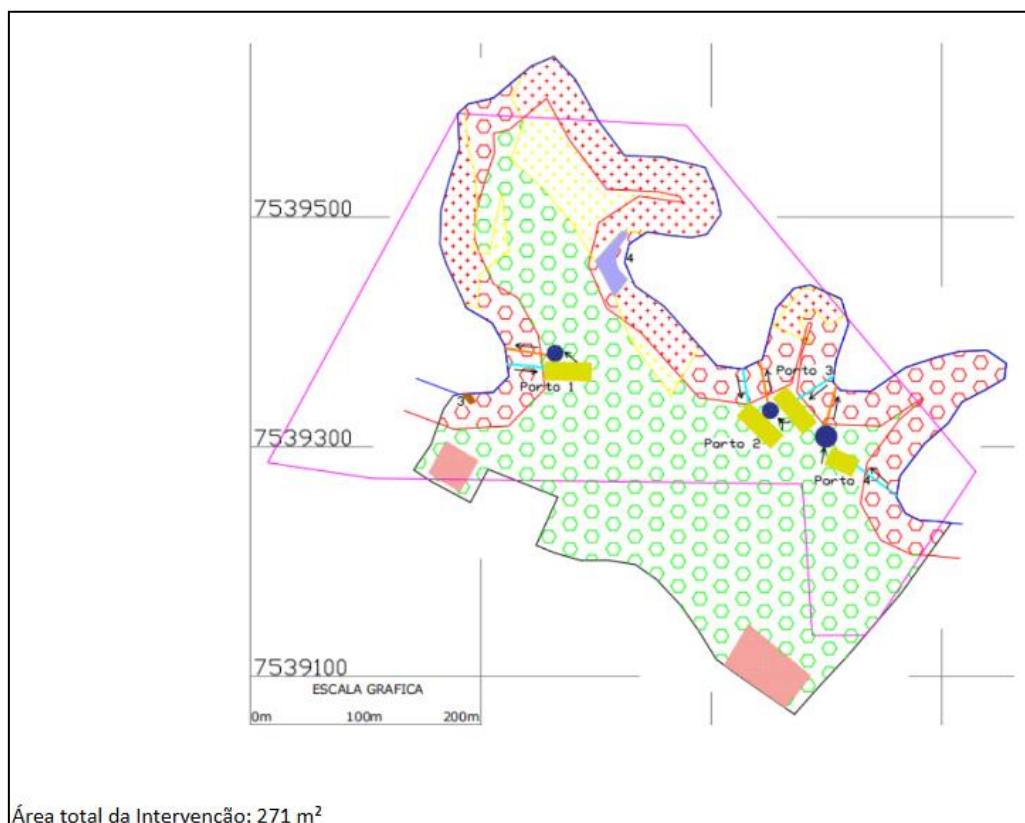


Figura 1: Planta ilustrando a área de intervenção autorizada, conforme Parecer 19/IEF/NAR CAXAMBU/2024, doc SEI102135855. Fonte: Processo 2100.01.0022809/2024-13.

A imagem a seguir (Figura 2) representa a planta anexa aos autos do presente processo SLA 9495/2025. Nota-se pela planta que os polígonos que representam os portos (descrito na legenda como POL_IA) encontram-se integralmente em APP, somam 0,41 ha ($933\text{m}^2 + 2554\text{m}^2 + 642\text{m}^2$) e não coincidem com a área autorizada no processo de intervenção.

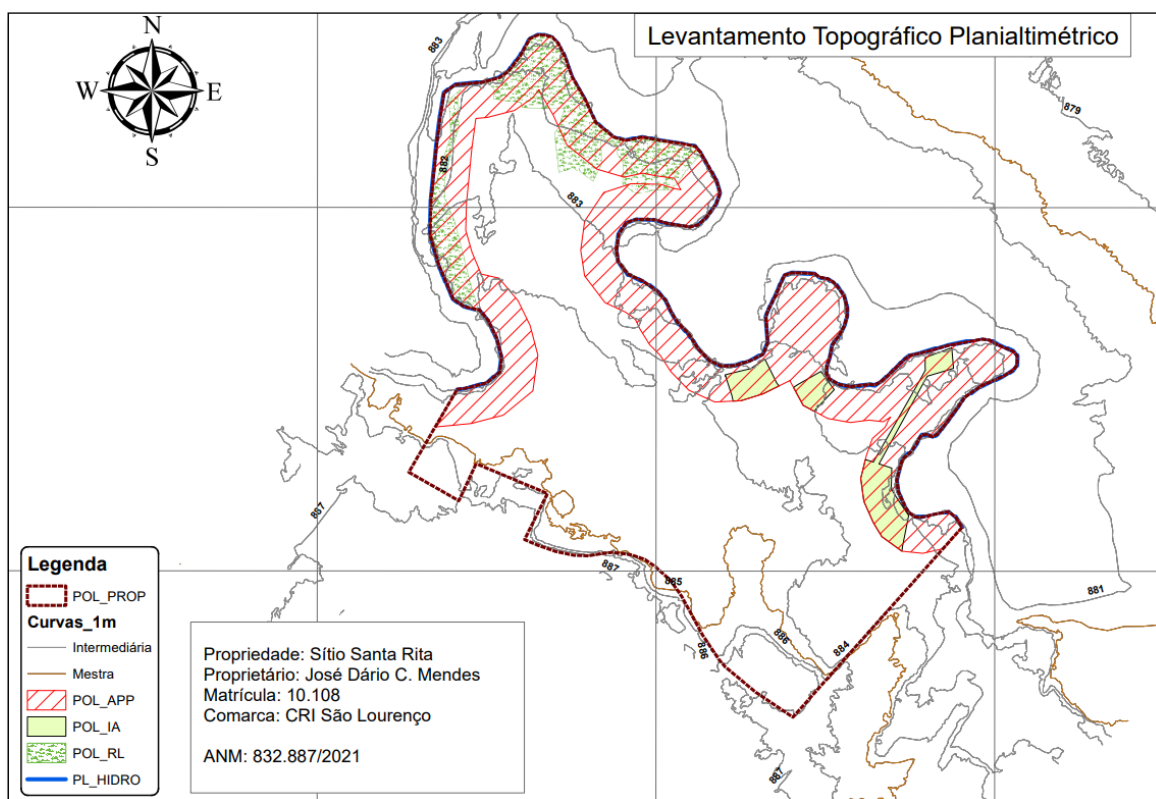


Figura 2: Planta ilustrando a área requerida no presente processo de licenciamento, conforme planta anexa ao processo SLA 9495/2025. Fonte: RAS do PA 9495/2025.

Falta, ainda, na planta anexa ao processo SLA 9495/2025 informações como: a localização das medidas de controle como canaletas e bacias de contenção, áreas de apoio como sanitários/refeitório, área de manutenção e depósito de produtos e resíduos perigosos (já que consta como materiais e insumos tambores de armazenamento de óleo diesel e lubrificante), estradas de acesso, intervalo de extração/captação no rio. Salienta-se que a Planta topográfica planialtimétrica georreferenciada é item obrigatório a ser apresentada em processos de LAS RAS, conforme descrito no “*Módulo 6 – Anexos que acompanham o presente relatório*”, e devem conter delimitações da poligonal da ANM; da área diretamente afetada (ADA) do empreendimento; das áreas de lavra e disposição de estéril e rejeitos; da infraestrutura do empreendimento e suas áreas correspondentes; da área ocupada por atividades acessórias como estradas para transporte de minério, dos acessos existentes...

No que se refere ao uso de água, a captação para dragagem de curso d’água para fins de extração mineral foi concedida em 20/09/2023 através da portaria 1505465/2023, na qual autorizou-se a captação de 0,53l/s por 4h/dia, no intervalo de captação Início (lat 22°15’15’’S e Long 44°55’20’’W) e Final (lat 22°15’05’’S e Long 44°55’41’’W). O intervalo de captação está ilustrado a seguir.



Figura 3: Planta ilustrando a ADA requerida no presente processo de LAS/RAS e intervalo autorizado na Portaria de Outorga 1505465/2023. *Fonte: autora/Google Earth®*

Frise-se que o intervalo de captação autorizado na outorga abrange a localização de apenas um dos portos (denominado porto 4 na Figura 1). Conforme informações prestadas no RAS (item 4.5.1), os únicos equipamentos a serem utilizados seriam 1 draga, 1 caminhão e 1 escavadeira, o que não possibilitaria a extração a longas distâncias dos portos. **Assim, concluímos que a outorga não está em consonância com o requerimento do presente LAS.**

Em conclusão, **devido a divergências no projeto de intervenção aprovado junto ao IEF (Processo nº2100.01.0022809/2024-13) e o projeto solicitado junto ao presente LAS, bem como o intervalo outorgado não abranger a região dos portos**, com fundamento nas informações constantes do Relatório Ambiental Simplificado (RAS), **sugere-se o indeferimento** da Licença Ambiental Simplificada para o empreendimento **Paulo Henrique de Souza Fonseca**, para a atividade de “Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil.”, código A-03-01-8, no município de **Pouso Alto**.